



**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE MOSAICOS FLORESTAIS, NO  
ÂMBITO DA CANDIDATURA "PREVENÇÃO DA FLORESTA CONTRA AGENTES  
BIÓTICOS E ABIÓTICOS"**

**2023/300.10.005/1068**

**PROGRAMA DO CONCURSO**

## CAPÍTULO I - OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

### Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), sendo designado por aquisição de serviços para a realização de mosaicos florestais, no âmbito da candidatura "prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos”.
2. O presente procedimento tem como objeto principal a prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, nos termos previsto no caderno de encargos.

### Artigo 2.º - Entidade pública adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Aguiar da Beira, pessoa coletiva de direito público n.º 506 809 307, com sede no Edifício Paços do Concelho, n.º 21, 3570-018 AGUIAR DA BEIRA, com o endereço eletrónico: [geral@cm-aguiardabeira.pt](mailto:geral@cm-aguiardabeira.pt)

### Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar consta na ata da reunião da Câmara Municipal realizada em 23 de agosto de 2023, n.º 1 do artigo 36.º do CCP, conjugado com o disposto na alínea b), n.º 1, artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua atual redação.

## CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

### Artigo 4.º - Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do órgão competente para a decisão de contratar, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação das peças do concurso até ao dia referido no número anterior.

4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### Artigo 5.º - Erros e omissões das peças do procedimento

Até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.

#### Artigo 6.º - Modo e prazo para apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt> até às 23h59 do 30.º dia a contar da data de envio do Anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
4. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à hora e data referidas no n.º 2 do presente artigo.
5. Os prazos para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

#### Artigo 7.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.

2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma eletrónica.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

#### Artigo 8.º - Documentos e elementos que constituem as propostas

1. Os preços dos trabalhos propostos pelos concorrentes devem incluir todas as especificações definidas nos artigos técnicos do caderno de encargos.
2. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos e elementos, sob pena de exclusão:
  - a) O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) gerado através de ferramenta disponibilizada pelo IMPIC, I.P., a título gratuito, no Portal BASE, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
  - b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente programa do concurso, que deve ser enviado num ficheiro com extensão tipo “xls”;
  - c) Programa de todos os trabalhos e elementos necessários, do qual conste:
    - i. Memória descritiva da metodologia a utilizar para a realização da prestação de serviços, discriminada pelas diversas tarefas e fases que a compõem;
    - ii. Declaração que mencione a maquinaria e equipamento principal a utilizar na execução dos trabalhos, indicando se se trata de equipamento próprio, alugado ou sob qualquer outra forma, o ano de fabrico e as suas características técnicas;
    - iii. Relação dos meios técnicos/humanos e tecnológicos que se propõe (m) utilizar;
    - iv. Plano de trabalhos, do qual constará, um diagrama de barras com a sequência das principais tarefas a realizar, especificando as questões críticas que podem condicionar a sua execução, incluindo a previsão do número de reuniões a realizar com a Município de Aguiar da Beira no âmbito da execução dos projetos;
    - v. Plano de pagamentos.

- d) Equipa(s) técnica(s) constituída(s) nos seguintes termos:
    - i. O coordenador da equipa deverá ser engenheiro ou engenheiro técnico com experiência em coordenação de projetos de dimensão semelhante ao objeto do presente procedimento;
  - e) Documentos que comprovem o estabelecido no número anterior, designadamente:
    - i. Currículo do coordenador do projeto e dos restantes técnicos que integram a equipa do projeto;
    - ii. Cópias dos cartões de membro da Ordem Profissional a que pertencem ou, em substituição, declarações que atestem a inscrição dos técnicos como membros da referida Ordem Profissional;
  - f) Quaisquer outros documentos que o(s) concorrente(s) considere(m) relevantes, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, para melhor esclarecimento dos atributos da(s) proposta(s);
  - g) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 3 do artigo 24.º;
  - h) Certidão permanente e se aplicável procuração;
  - i) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
- 3. Os preços não incluem IVA e são indicados em euros e em algarismos, até duas casas decimais.
  - 4. As propostas deverão mencionar expressamente que aos preços acresce IVA à taxa legal em vigor.
  - 5. Não é permitida a apresentação de propostas com alterações de artigos do caderno de encargos.
  - 6. Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas, incluindo estudos, testes ou outras atividades com ela conexas, são suportados integralmente pelos concorrentes.

#### Artigo 9.º - Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### Artigo 10.º - Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 66 dias.

### CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS PROPOSTAS

**Artigo 11.º - Preço anormalmente baixo**

1- Nos termos e, para os efeitos do estatuído na parte final do n.º 1, do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 10% ou mais inferior ao preço base.

2- Considera-se, igualmente, que a proposta apresenta um preço anormalmente baixo, nos termos do disposto no número anterior, quando a mesma apresente preços parciais para a execução dos trabalhos constantes do “mapa de quantidades”, inferiores a 10% dos valores de referência a seguir indicados:

ART.	Designação	Quantidade
1.1	Controlo da Vegetação Espontânea	178,522 ha
1.2	Desramação	178,522 ha
1.3	Redução de Densidades	178,522 ha

**Artigo 12.º - Critério de adjudicação**

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP (Multifator), considerando os fatores de apreciação e respetiva ponderação que o densificam, a saber:

- Preço (P): 40%

- Valia técnica da proposta (VT): 60%

A proposta economicamente mais vantajosa resultará assim aplicação do modelo de avaliação das propostas, pela ponderação dos fatores em conformidade com a seguinte expressão matemática:

Pontuação final (PF) =  $P \times 0,4 + VT \times 0,6$  Onde:

P= Preço

VT= Valia técnica da proposta

O arredondamento é sempre efetuado à segunda casa decimal.

O fator Preço (P) corresponderá ao resultado da seguinte fórmula:

$P = (PB - PP) / PB \times 10$  Onde:

P: Preço

PP: Preço da proposta em avaliação

PB: Preço base do concurso

A pontuação será feita de 0 a 10 valores, com arredondamento à segunda casa decimal.

Para efeitos de apuramento da pontuação no fator “Valia técnica da proposta (VP)”, serão considerados os seguintes subfatores de ponderação:

Memória descritiva (MD): 40%

Maquinaria e equipamento proposto (ME): 40%

Experiência do responsável técnico (RT): 20%

CrITÉRIOS para avaliação dos subfatores:

Memória descritiva e justificativa (MD):

CrITÉRIOS	Pontuação
Ausência de documento ou documento sem qualidade, não evidenciando uma resposta clara ao solicitado no ponto i. da alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do programa do procedimento.	[0]
Documento de muito fraca qualidade, abordando de forma confusa e mal estruturada o solicitado no ponto i. da alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do programa do procedimento, considerando que o seu conteúdo não se adequa minimamente ao tipo de quantidade de trabalhos a realizar, nomeadamente ao nível da programação e metodologia de desenvolvimento.	[0,2]
Documento de qualidade fraca, focando apenas alguns dos aspetos solicitados no ponto i. da alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do programa do procedimento, considerando que o seu conteúdo não se adequa de uma forma geral ao tipo de trabalhos a realizar, nomeadamente ao nível da programação e metodologia de desenvolvimento.	[2,4]
Documento de satisfatório, com referência à maioria dos aspetos solicitados no ponto i. da alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do programa do procedimento, considerando que o seu conteúdo se adequa minimamente ao tipo de trabalhos a realizar, nomeadamente ao nível da programação e metodologia de desenvolvimento.	[4,6]
Documento bem estruturado, com referência à generalidade dos aspetos solicitados no ponto i. da alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do programa do procedimento, considerando que o seu conteúdo se adequa, na generalidade ao tipo de trabalhos a realizar, nomeadamente ao nível da programação e metodologia de desenvolvimento.	[6,8]

Documento muito bem estruturado, com excelente detalhe e clareza, referenciando todos os aspetos solicitados no ponto i. da alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do programa do procedimento, considerando que o seu conteúdo responde perfeita e adequadamente ao tipo de trabalhos a realizar, nomeadamente ao nível da programação e metodologia de desenvolvimento.	[8,10]
---	--------

Maquinaria e equipamento proposto (ME):

Critérios	Pontuação
Ausência de informação relativa a maquinaria e equipamento a utilizar na execução do objeto do procedimento, ou informação de que nenhum deles é propriedade da empresa adjudicatária, ou informação de que possui, em média, mais de 15 anos de utilização.	[0]
Menos de metade da maquinaria e equipamento a utilizar na execução do objeto do procedimento é propriedade da empresa adjudicatária, adequando-se minimamente ao tipo de trabalho a realizar e apresenta, em média, entre 10 e 15 anos de utilização.	[0,2]
Mais de metade da maquinaria e equipamento a utilizar na execução do objeto do procedimento é propriedade da empresa adjudicatária, adequando-se minimamente ao tipo de trabalho a realizar e apresenta, em média, mais de 4 e menos de 10 anos de utilização.	[2,4]
Pelo menos 70% da maquinaria e equipamento a utilizar na execução do objeto do procedimento é propriedade da empresa adjudicatária, adequando-se razoavelmente ao tipo de trabalho a realizar e apresenta, em média, mais de 4 e menos de 10 anos de utilização.	[4,6]
Pelo menos 70% da maquinaria e equipamento a utilizar na execução do objeto do procedimento é propriedade da empresa adjudicatária, adequando-se, na generalidade, ao tipo de trabalho a realizar e apresenta, em média, 4 ou menos anos de utilização.	[6,8]
Toda a maquinaria e equipamento a utilizar na execução do objeto do procedimento é propriedade da empresa adjudicatária, adequando-se perfeitamente ao tipo de trabalho a realizar e apresenta, em média, 4 ou menos anos de utilização.	[8,10]

Experiência do responsável técnico (RT):

Critérios	Pontuação
Responsável técnico sem habilitações adequadas ou sem demonstração de experiência de direção de trabalhos similares ao objeto do presente procedimento.	[0]



Responsável técnico com habilitação mínima (licenciatura pós-Bolonha), minimamente adequada aos trabalhos a executar, mas sem demonstração de experiência de direção de trabalhos similares ao objeto do presente procedimento.	[0,2]
Responsável técnico com habilitação mínima (licenciatura pós-Bolonha) adequada, de uma forma geral, aos trabalhos a executar e, experiência demonstrada através de comprovativos de direção de mais de dois trabalhos similares ao objeto do presente procedimento.	[2,4]
Responsável técnico com habilitação mínima (licenciatura pós-Bolonha) adequada aos trabalhos a executar e, experiência demonstrada através de comprovativos de direção de mais de quatro trabalhos similares ao objeto do presente procedimento.	[4,6]
Responsável técnico com habilitação mínima (licenciatura pós-Bolonha) perfeitamente adequada aos trabalhos a executar e, experiência demonstrada através de comprovativos de direção de mais de seis trabalhos similares ao objeto do presente procedimento.	[6,8]
Responsável técnico com habilitação correspondente a licenciatura pré-Bolonha ou pós-Bolonha com mestrado, perfeitamente adequada aos trabalhos a executar e, experiência demonstrada através de comprovativos de direção de mais de seis trabalhos similares ao objeto do presente procedimento.	[8,10]

Para a obtenção da pontuação global deste fator, construiu-se a fórmula a seguir indicada, tendo em conta o somatório das pontuações obtidas em cada um dos subfactores:  $VT = (MD*0,40) + (ME*0,40) + (RT*0,20)$  Onde:

VT: Valia técnica da proposta

MD: Memória descritiva

ME: Maquinaria e equipamento proposto

RT: Experiência do técnico responsável

Na eventualidade de haver pontuações finais iguais, casos de empate entre as propostas, o desempate será efetuado pelos seguintes critérios:

- Em primeiro lugar, considerar-se-á a proposta que tiver obtido a maior pontuação no fator preço (PP).
- Em segundo lugar, atribuir-se-á vantagem à proposta com maior pontuação no subfactor memória descritiva (MD).

### Artigo 13.º - Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

### Artigo 14.º - Relatório preliminar de análise das propostas

1. Após a análise das propostas, o júri elaborará fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação e modelo de avaliação definido no presente programa de concurso.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos indicados no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

### Artigo 14.º - Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes para que no prazo de 5 dias úteis, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

### Artigo 15.º - Relatório final de análise das propostas

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

## CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

### Artigo 16.º - Notificação da decisão de adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo a todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

## Artigo 17.º - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, e que constitui o Anexo III do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
  - b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - e) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar ou, no caso de não estar inscrito, certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, com todas as inscrições em vigor;
  - f) Certidão do registo comercial (certidão permanente), com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.
4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado

um prazo de 5 dias úteis para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

5. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias úteis para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.
6. Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt>

## CAPÍTULO V – CAUÇÃO

### Artigo 18.º - Caução para garantir o cumprimento das obrigações

1. Os adjudicatários devem prestar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração dos contratos, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. A caução referida no número anterior deve ser prestada:
  - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante do Anexo IV, ou;
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo V.

### Artigo 19.º - Liberação da caução prestada

1. No prazo de 30 dias após o cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte dos cocontratantes, a Município de Aguiar da Beira promove a liberação da caução.
2. Decorrido o prazo referido no número anterior, o cocontratante deve notificar a Município de Aguiar da Beira para liberação da caução, a qual deve ser efetivada no prazo de 5 dias úteis.
3. Se no prazo de 15 dias úteis a contar da notificação referida no número anterior, a Município de Aguiar da Beira não proceder a liberação da caução, os cocontratantes ficam autorizados a promove-la.
4. A mora na liberação da caução, confere aos cocontratantes, o direito a uma indemnização por perdas e danos decorrentes da manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.

## CAPÍTULO VI – CONTRATO

### Artigo 20.º - Redução do contrato a escrito

1. Os contratos são reduzidos a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a oposição de assinaturas eletrónicas qualificadas.
2. Salvo disposição em contrário, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da Município de Aguiar da Beira, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

### Artigo 21.º - Minuta do contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias úteis subsequente à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integrem o contrato nos termos do disposto no n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato procede à notificação do adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da mesma.
5. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

### Artigo 22.º - Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - b) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no

n.º 1 do artigo 90.º do CCP e no caderno de encargos;

- c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 dias úteis, a data da outorga e remessa do contrato com a extensão tipo “pdf”.

## CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

### Artigo 23.º - Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças do concurso

A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt>

O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma eletrónica.

A plataforma eletrónica é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.

### Artigo 24.º - Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
4. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

### Artigo 25.º - Apoio técnico referente à plataforma eletrónica

Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>

#### Artigo 26.º - Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos

1. À contagem de prazos relativos ao presente procedimento é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
3. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte, salvo no que diz respeito ao prazo de apresentação de propostas previsto no número anterior.

#### Artigo 27.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro; d) Em demais legislação aplicável.

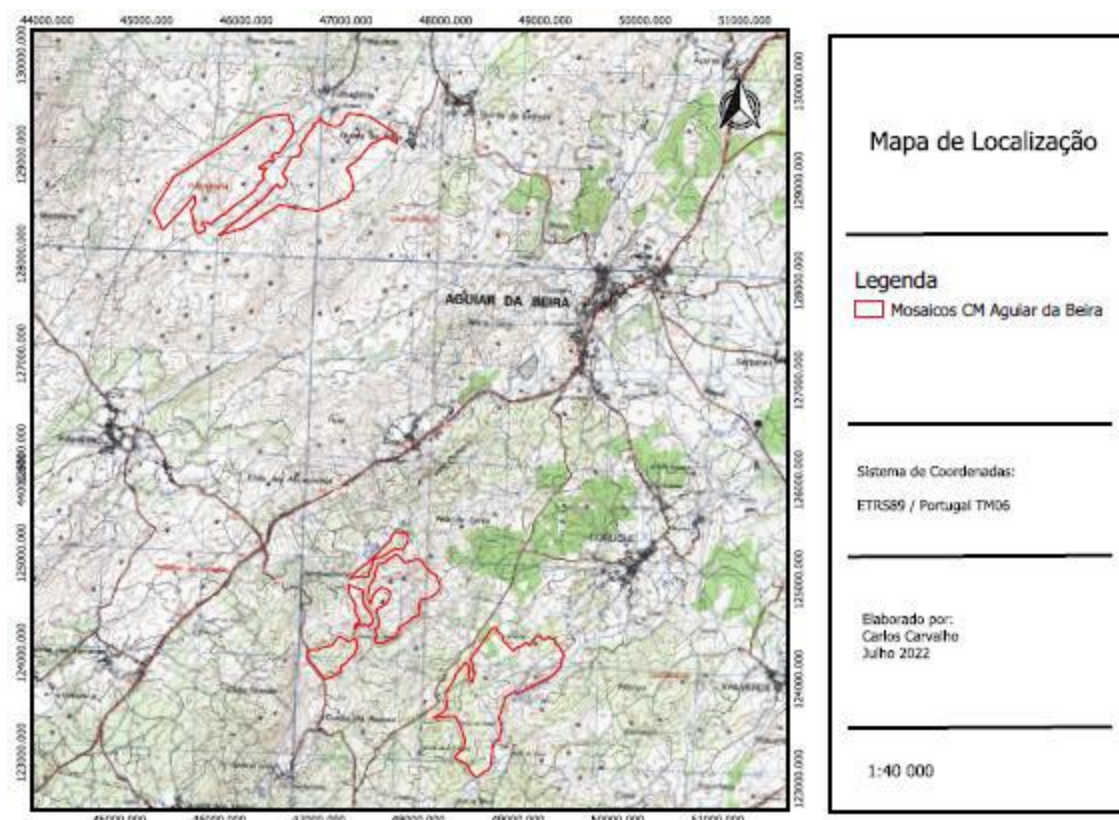
### CAPÍTULO VIII - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### Artigo 28.º - Especificações técnicas

- 1- Reconhecimento dos locais das faixas de gestão de combustível:
  - 1.1- Os interessados poderão fazer o respetivo reconhecimento, devendo, para o efeito efetuar contactos com a entidade adjudicante;
  - 1.2- A área objeto da prestação de serviços localiza-se no território sob jurisdição da entidade adjudicante.

## 2- Redução de densidade excessiva e abate:

2.1. A área a intervir tem 178.522 ha de espaço florestal, escolhidos para potenciar os pontos fortes que o PROF diagnosticou para a sub-região da Floresta da Beira Alta, representadas na planta de localização.



2.1.1. Em termos gerais, os mosaicos serão sujeitos ao mesmo tipo de ações técnicas, designadamente:

- Controlo de vegetação espontânea. Nesta zona existe uma grande densidade de matos, propõe-se o seu corte e a sua remoção ou destroçamento, de modo a prevenir eventuais ocorrências de fogos florestais;
- Será efetuado o corte do mato com equipamento mecânico e manual, devido à presença de alguns afloramentos rochosos e à distribuição do arvoredado no terreno;
- Correção de densidades excessivas, será feita eliminando-se algumas árvores existentes;
- Desramação, que será feita em todas as árvores que ficam como árvores de futuro;
- A desrama, que nunca deve incidir em mais de 1/3 da altura das árvores. O corte dos ramos, que deve ser liso, o mais perto possível do fuste, mas sem o danificar. O toco, a permanecer, não poderá ter uma altura superior a 2/3 cm;



- Poda de formação das folhosas existentes (carvalhos, salgueiros, castanheiros e bétulas), que consiste em cortar de forma seletiva, os ramos que desequilibram o tronco, a fim de obter um fuste direito com maiores dimensões.

2.1.2 - As operações previstas para estes trabalhos serão todas executadas com equipamentos moto manuais englobando a motosserra, podões e a motorroçadora.

2.1.3- Deverão ser retirados ou destroçados todos os desperdícios provenientes da correção de densidades, desrama e podas de formação.

## LISTA DE ANEXOS

Anexo II – Modelo para proposta de preços

Anexo III - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

Anexo IV – Modelo de depósito bancário.

Anexo V - Modelo de garantia bancária/seguro caução.

## ANEXO II

## Proposta de preços

## Identificação do Concorrente

Denominação:  
Número de Identificação Fiscal:


## Proposta de preços

( )					
Cód.	Descrição	Unidade	Quantidades	Preço de referência	
Artigo					
	Local 1				
1	Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível				
1.1	Controlo da vegetação espontânea				
1.2	Desramação				
1.3	Redução de densidades				

## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ..... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ..... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». (5)

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO IV

## MODELO DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO POR GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

[a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do CCP]

Vai ..... [nome do adjudicatário], com sede em ..... [morada], depositar na ..... [sede, filial, agência ou delegação] do Banco ..... a quantia de ..... [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos ..... [eliminar o que não interessar], como caução exigida para ..... [identificação do procedimento], nos termos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Aguiar da Beira, pessoa coletiva de direito público n.º 506 809 307, com sede no Edifício Paços do Concelho, n.º 21, 3570-018 AGUIAR DA BEIRA a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V  
MODELO DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO POR GARANTIA BANCÁRIA  
OU SEGURO-CAUÇÃO

[a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do CCP]

Em nome e a pedido de ..... [nome do adjudicatário], vem o(a) ..... [nome da instituição garante], pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Aguiar da Beira, pessoa coletiva de direito público n.º 506 809 307, com sede no Edifício Paços do Concelho, n.º 21, 3570-018 AGUIAR DA BEIRA, uma garantia bancária/seguro-caução [eliminar o que não interessar], até ao montante de ..... [por algarismos e por extenso], destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do contrato de ..... [identificação do procedimento], nos termos dos n.ºs 6 e 8 / n.ºs 7 e 8 [eliminar o que não interessar] do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o Banco/Companhia de Seguros [eliminar o que não interessar] garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.